
1º Reunião Preparatória do IX Encontro Nacional do Poder Judiciário

PLENÁRIA FINAL JUSTIÇA FEDERAL

05 a 07 de maio de 2015
ESMAF – Brasília/DF

Coordenadores e Representantes da Justiça Federal na Rede de Governança Colaborativa

Representantes da Justiça Federal

Ministro Jorge Mussi - Corregedor-Geral da Justiça Federal

Desembargador Federal Fabio Prieto – Presidente do TRF 3

Representante do STJ

Juiz de Direito em auxílio à Presidência Carl OlavSmith

Temas estratégicos debatidos

- ✓ *Efetividade da prestação jurisdicional*
 - *Repercussão geral, recursos repetitivos e incidente de resolução de demandas repetitivas*
 - *Desjudicialização e justiça restaurativa*
- ✓ *Reflexões sobre o novo CPC*
- ✓ *Sistema penitenciário e socioeducativo: concretização e a efetividade de direitos e o combate à cultura de encarceramento desnecessário*
- ✓ *PJe e o uso de meios eletrônicos para a tomada de decisões*

Tema Estratégico: *Repercussão geral, recursos repetitivos e incidente de resolução de demandas repetitivas*

Questões relevantes para o segmento de Justiça

Revisão da Resolução n. 160 do CNJ

- a) com o novo CPC, o NURER vai sofrer alterações em suas competências;
- b) há necessidade de estruturação de núcleo para as Turmas Recursais.

Necessário estabelecimento de um padrão pelo STF e STJ, em conjunto com o CNJ, para a gestão de informações dos processos de incidentes de resolução de demandas repetitivas.

Realizar estudos e pesquisas sobre o fenômeno das demandas repetitivas.

Gestão preventiva do NURER (Ex. : por meio do monitoramento da distribuição, atuação da presidência junto aos tribunais superiores).

Incumbir um órgão do tribunal de divulgar os repetitivos julgados.

Automatização da movimentação e controle das demandas de massa.

Melhorar o controle da comunicação dos incidentes de uniformização por parte do STJ.

Tema Estratégico: *Desjudicialização e justiça restaurativa*

Questões relevantes para o segmento de Justiça

Melhorar os procedimentos para o controle dos acordos realizados na fase pré-processual.

Dificuldades na realização de conciliação pré-processual.

Implementar procedimento especial para a conciliação.

Tema Estratégico: *Reflexões sobre o novo CPC*

Questões relevantes para o segmento de Justiça

Estruturar o quadro de conciliadores e mediadores (extraquadro; treinamento).

Alteração legislativa para remuneração dos conciliadores.

Tema Estratégico: *Sistema penitenciário e socioeducativo: concretização e a efetividade de direitos e o combate à cultura de encarceramento Desnecessário.*

Questões relevantes para o segmento de Justiça

Implantação da calculadora penal

✓ Tema Estratégico: *PJe e o uso de meios eletrônicos para a tomada de decisões*

Questões relevantes para o segmento de Justiça

Permitir a interoperabilidade com outros sistemas.

Avaliação da maturidade de sistemas.

Criação de base de dados histórica para fins de mineração de dados (BI).

Criação de cadastro de condenação e fluxo específico para área criminal.

Melhorar a edição de texto, como por exemplo utilização de importação do Word.

Seminário específico para o Pje.

Dificuldades e boas práticas para o cumprimento das Metas 2015

Dificuldades

Excesso de metas e metas excessivas!

Problemas de apuração da Meta 1 e em Metas incrementais

Ausência de padronização dos critérios de apuração das metas, IPC Jus e outros

Falta de padronização nos procedimentos operacionais

Boas Práticas

Formulação de Plano de Gestão pela unidade judiciária (4ª Região)

Instalação de comissões de administração formadas por juízes e representantes das associações (AJUFE e regionais) para auxiliar a Direção de Foro (5ª Região)

Gestão à vista (1ª, 4ª e 5ª Região)

Padronização de procedimentos nas Turmas Recursais (3ª e 4ª Região)

Implantação do Plano de Comunicação da Estratégia

Criação da Seção de Governança Corporativa na estrutura do Tribunal (2ª Região)



05 a 07 de maio de 2015
ESMAF – Brasília/DF